



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 13639.720101/2011-15  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 1001-001.733 – Turma Extraordinária / 1ª Turma  
**Sessão de** 3 de abril de 2020  
**Matéria** CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO - CSLL  
**Recorrente** CARRARO & ROCHA LTDA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO COMPENSAÇÃO

ANO-CALENDÁRIO 2007

Provas a certeza e a liquidez dos créditos tributários, é de admitir-se a compensação e/ou restituição do indébito.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao Recurso Voluntário.

(assinado digitalmente)

Sérgio Abelson - Presidente.

(assinado digitalmente)

José Roberto Adelino da Silva - Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Sergio Abelson (presidente), Andrea Machado Millan, André Severo Chaves e Jose Roberto Adelino da Silva.

## **Relatório**

Trata o presente processo de recurso voluntário, contra o acórdão número 12-76.506 - 15ª Turma da DRJ/RJO, que homologou parcialmente a compensação pleiteada pela recorrente.

Segue a transcrição do relatório:

“Analisadas as informações prestadas no documento acima identificado, constatou-se a procedência do crédito original informado no PER/DCOMP, reconhecendo-se o valor do crédito pretendido.

(...)

Entretanto, considerando que o crédito reconhecido revelou-se insuficiente para quitar os débitos informados no PER/DCOMP, HOMOLOGO PARCIALMENTE a compensação declarada.” Cientificada do referido Despacho, apresentou, a interessada, manifestação de inconformidade, na qual alega, em síntese, que o débito compensado possui data de vencimento anterior a do pagamento fonte do suposto crédito.

A DRJ, assim decidiu em relação à manifestação de inconformidade:

Rolando a rocha de sísifo, a interessada pugna pela não incidência de encargos moratórios sobre tributos que compensou com atraso. Nesse mister, é preciso esclarecer que a compensação extingue o débito, tanto quanto o pagamento ou quaisquer das outras modalidades relacionadas no artigo 156 do Código Tributário Nacional (CTN). E, também tanto quanto o pagamento, a extinção se perfaz na data em que praticado o ato apto a tanto. Neste contexto, a diferença entre o pagamento e a compensação limita-se ao fato desta extinguir o débito sob condição resolutória, posto que dado ao Fisco o poder-dever de revisar o feito no prazo de cinco anos de sua realização.

Assim, em nada importa a data em que venceu o crédito objeto da compensação, mas sim quando a compensação se operou.

No caso em tela, em razão de o débito compensado já se encontrar vencido por ocasião da transmissão do Per/Dcomp, é correta a exigência de acréscimos legais sobre ele, razão pela qual não merece reproche o feito fiscal.

Cientificada em 06/07/2015 (fl.35), a recorrente apresentou o recurso voluntário em 21/07/2015 (fl. 43).

Em seu recurso, a recorrente repete, basicamente, os mesmos argumentos apresentados em sua manifestação de inconformidade. Afirma que:

De início, deve-se frisar que houve um erro por parte da Recorrente ao realizar o PERD/COMP, sem contudo lesar o Fisco Federal, não sendo a Recorrente devedora da União. Assim, vejamos:

Em 30/03/2007 a Recorrente efetuou o pagamento da terceira parcela da Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL) do 4º trimestre do ano de 2006 no valor de R\$ 15.191,11 (\*) - vide DARF anexo.

(\*) valor correto - R\$15.159,11

Esta última porém, por erro, efetuou a compensação do crédito advindo desta parcela acima (e reconhecido pela própria Receita Federal) com supostos débitos referentes à primeira parcela da CSLL do 1º trimestre do ano de 2007 cujo vencimento se deu em 30/06/2007 de acordo com seu PERD/COMP. Ocorre que esta última parcela sobre a qual se pediu a compensação já havia sido definitivamente quitada no importe de R\$ 7.603,03 no prazo de vencimento conforme se prova pela DARF anexa de 30/06/2007 (\*)

(\*) data correta: 30/04/2007.

Ou seja, a partir de seu crédito, a Recorrente erroneamente buscou compensar tal valor com débitos JÁ PAGOS DE FORMA INTEGRAL, ou seja, com um débito inexistente.

Afirma que a extinção do débito se deu por pagamento, antes de ser efetuada a compensação pela PER/DCOMP e pede, em apertada síntese, que seja julgado improcedente o despacho decisório.

Anexou cópia dos documentos de arrecadação para provar suas afirmações.

Em julgamento, ocorrido em 05 de junho de 2019, através da resolução de número 1001-000.104, foi decidido, por unanimidade, a sua conversão em diligência. Trata-se, pois, de retorno de tal diligência.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro José Roberto Adelino da Silva - Relator

O Recurso Voluntário é tempestivo e apresenta os pressupostos de admissibilidade, previstos no Decreto 70.235/72, portanto, dele eu conheço.

Reproduzo parcialmente o voto proferido na Resolução:

Aqui tem-se uma questão de fato, ou seja, se a recorrente já havia quitado o tributo devido, não haveria que enviar um PE/DCOMP solicitando a sua compensação. Se, por outro lado, o tributo já estava quitado em março de 2007, não haveria como o crédito pleiteado ser consumido por um débito inexistente, a PER/COMP foi transmitida em 04/12/2007.

No entanto, é inegável que a PER/COMP constitui uma confissão de dívida e a recorrente deveria tê-la retificado ou cancelado, apresentando as correspondentes provas da razão do cancelamento e quitação dos débitos.

Por outro lado, baseado nos documentos acostados aos autos (fls. 49 a 52), não deveria ter havido a alocação daqueles créditos ao débito apontado no despacho decisório, posto que quitado. Se assim o for, o despacho decisório deveria ser anulado por inexatidão.

Portanto, voto no sentido de converter o processo em diligência para que a unidade de origem confirme:

- se houve efetivamente o recolhimento da terceira parcela da Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL) do 4º trimestre do ano de 2006, em 30/03/2007, no valor de R\$ 15.159,11 (fl 49); e
- se houve efetivamente o recolhimento da primeira parcela da CSLL do 1º trimestre do ano de 2007, no valor de R\$ 7.606,03 em 30/04/2007 (fl. 51).

A unidade de origem efetuou a diligência proferindo o seguinte despacho, o qual reproduzo, parcialmente, (fl.100):

3. Foram localizados nos sistemas da Receita Federal os recolhimentos relativos a quotas de CSLL, cujos extratos foram juntados às fls. 99/100.

4. O quadro a seguir traz informações acerca dos pagamentos localizados:

| <b>Código de Receita</b> | <b>Período de Apuração</b> | <b>Data de Vencimento</b> | <b>Data de Arrecadação</b> | <b>Valor Total Arrecadado (R\$)</b> |
|--------------------------|----------------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------------|
| 6012                     | 31/12/2006                 | 30/30/2007                | 30/03/2007                 | 15.159,11                           |
| 6012                     | 31/03/2007                 | 30/04/2007                | 30/04/2007                 | 7.606,03                            |

5. Em observância à orientação contida na fl. 93 da Resolução, dê-se ciência ao interessado para que se manifeste sobre esta Informação, se considerar necessário, no prazo de 30 (trinta) dias. Após, devolva o processo ao CARF, para prosseguimento.

Assim, provados os efetivos recolhimentos, dou provimento ao recurso voluntário.

É como voto.

(Assinado digitalmente)

José Roberto Adelino da Silva